

A ECONOMIA POLÍTICA DO (DES)ENVOLVIMENTO REGIONAL CONTEMPORÂNEO²

*Dinizar Fermiano Becker*³

Resumo

Contemporaneamente, observamos surpresas uma renovada importância do local e uma tendência para estimular culturas regionais. Ficamos mais surpresos ainda, quando alguns autores afirmam que é em função desse histórico de valores culturais acumulados regionalmente, ou do “capital social” existente, como querem outros, que algumas regiões conseguem responder positiva e ativamente aos desafios regionais da globalização contemporânea construindo seus próprios modelos de desenvolvimento. Para tanto, conseguem desenvolver suas potencialidades e aproveitar as oportunidades decorrentes da dinâmica global de desenvolvimento. Ao combinarem eficientemente o desenvolvimento de suas potencialidades locais com o aproveitamento eficaz das

¹ Economia política no sentido que lhe dá (Schwartz, 2000, 14) de que “a economia só faz sentido como uma prática de seguir regras cuja eficácia depende do contexto (buscando rótulos, alguns já denominam esse campo como uma economia política neo-gramsciana)”.

² Texto elaborado como parte das atividades do Projeto de Pesquisa Interdisciplinar e Interdepartamental “ESTUDOS SETORIAIS E REGIONAIS COMPARADOS DE DIFERENTES DINÂMICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL” do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado – PPGDR - da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC.

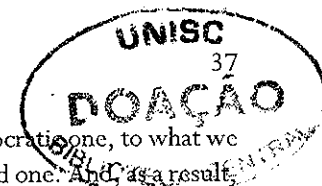
³ Economista, Doutor pelo IE/UNICAMP e Pós-Doutor em Economia Política pela EEG – UMINHO, BRAGA, PORTUGAL. Professor dos Programas de Pós-Graduação em Direito e em Desenvolvimento Regional da UNISC. Professor da UNIVATES - Centro Universitário. Editor Geral das Revistas REDES – EDUNISC e ESTUDO & DEBATE – EDUNIVATES. Livros Organizados e Publicados: Desenvolvimento Sustentável: necessidade e/ou possibilidade, Edunisc, 2002; Respostas regionais aos desafios da globalização, Edunisc, 2002; Determinantes e desafios contemporâneos do desenvolvimento local-regional, Edunisc, 2000; REDENEP – A pesquisa, o planejamento e a gestão em REDE do desenvolvimento local-regional, Edunivates, 2000. Presidente do Fórum dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul – COREDES-RS.

oportunidades globais oferecidas pelo processo de desenvolvimento contemporâneo, constituem uma dinâmica própria regional. Isso só é possível abrindo caminhos para a crescente participação social no processo de decisão e construção regional e garantindo a adaptação rápida às constantes mudanças provenientes do dinamismo global do desenvolvimento contemporâneo. Assim, os distintos processos de desenvolvimento regional passaram, de uma hora para outra, a depender diretamente das diferentes dinâmicas de envolvimento social das comunidades. Isso nos faz apostar numa antiga tese: de que o desenvolvimento não é a causa, mas a consequência da democracia e esta, por sua vez, é resultado da organização social. Em consequência, uma sociedade organizada é uma sociedade mais democrática, ao que podemos emendar de imediato, uma sociedade mais democrática é uma sociedade muito mais desenvolvida. E, em tese, as diferentes dinâmicas de desenvolvimento regional dependem de uma crescente organização social das comunidades regionais. E uma crescente organização social equivale diretamente a um melhor envolvimento político nas decisões e definições dos rumos do desenvolvimento regional. Da mesma forma, uma melhor participação política leva, conseqüentemente, a um maior desenvolvimento econômico das comunidades regionais. Por isso, nossa tese é de que uma sociedade mais organizada socialmente é uma sociedade mais participativa politicamente. E uma sociedade mais participativa politicamente é uma sociedade muito mais desenvolvida economicamente.

Palavras-chave: Economia política, organização social, participação política, democracia, desenvolvimento econômico.

Abstract

There is a contemporary tendency in considering the local concernment as well as stimulating the regional cultures. Some authors assure that the sum of these regional cultural values or "social capital" are the reason why some regions respond positively and actively to the regional challenges of the contemporary globalization, building their own models of development. Thus, they are able to improve their potentialities and make use of the opportunities due to the global dynamicity of the development. Combining the development of the local potentialities and the efficient use of these opportunities constitute an authentic regional movement. This is possible when opening ways to the growing social participation in the regional decision and construction process, assuring a rapid adaptation to the constant changes that result from the global dynamism of the contemporary development. Thus, the distinct process of the regional development started to depend directly on the different dynamics of the social involvement of the communities. This makes us believe in an old thesis: that the development is not the cause, but the consequence of the democracy, and this, on the other side, is the result of the social



organization. Consequently, an organized society is a more democratic one, to what we can add that a more democratic society is a much more developed one. And, as a result, the different movements of regional development depend on a growing social organization of the regional communities. And, a growing social organization means a direct political involvement in the decisions and definitions of the regional development directions. In the same way, a more compromised political participation leads to a larger economical development of the regional communities. Therefore, our idea is that a better organized society is more engaged politically, and a society politically more participative is much more developed economically.

Keywords: Political economy, social organization, political participation, democracy, economic development.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Para começar, alguns questionamentos: Por que algumas regiões conseguem responder positiva e ativamente aos desafios regionais da globalização contemporânea, construindo seus modelos de desenvolvimento e outras, não? Por que há regiões que conseguem desenvolver suas potencialidades, constituindo uma dinâmica própria local, enquanto outras somente conseguem aproveitar as oportunidades decorrentes da dinâmica global de desenvolvimento? Ou, ainda, por que há regiões que conseguem combinar eficientemente o desenvolvimento de suas potencialidades locais com o aproveitamento eficaz das oportunidades globais oferecidas pelo processo de desenvolvimento contemporâneo? Por último, por que há regiões que não conseguem nem uma e nem outra, e tendem a desaparecer enquanto regiões de desenvolvimento global? Sintetizando numa única questão: por que os processos regionais de desenvolvimento não são iguais dinamicamente e se diferenciam entre si?

Preliminarmente podemos responder, é porque algumas regiões reagem passivamente, não conseguindo desenvolver seu modelo próprio e específico de desenvolvimento, enquanto outras (re)agem ativamente e o conseguem. Estas últimas são as regiões que conseguem integrar os interesses locais (sociais e ambientais) regionalmente em torno de um modelo próprio e específico e inseri-lo na dinâmica global de desenvolvimento. Em outros termos, as "regiões ganhadoras" são aquelas que conseguem transformar a ação cooperativa intra-regional e interregional no principal elemento integrador do seu processo de desenvolvimento regional. Ou melhor, as regiões ganhadoras ou perdedoras resultam diretamente do dinamismo da interação/integração dos seus agentes regionais de desenvolvimento em torno de um projeto/modelo próprio de desenvolvimento regional. Assim, o desenvolvimento regional resultaria do envolvimento direto dos agentes regionais, econômicos, sociais e políticos

na concepção e execução de um projeto próprio de desenvolvimento.

Teoricamente, entretanto, devemos partir do pressuposto de que o desenvolvimento capitalista é a própria contradição em processo, pois se move constantemente em meio a contradições superadas, porém postas e repostas continuamente pelo próprio capital, através da negação das suas próprias determinações.

Objetivamente, em termos polanyianos, podemos dizer que o capital nega, em primeiro lugar, a determinação humana do desenvolvimento, transformando o trabalho humano na mercadoria mão-de-obra ou recursos humanos; a determinação natural do desenvolvimento, transformando a natureza na mercadoria matéria-prima ou recursos naturais; a determinação material vinculada às necessidades humanas da organização produtiva real, transformando-a na mercadoria dinheiro ou recursos financeiros. E nega, em segundo lugar, a sua própria negação, ao transformar as mercadorias em geral, em capital.

Metodologicamente, portanto, somos levados a observar ser inerente ao sistema capitalista que a iniciativa da ação seja do econômico (seja do mercado) e que, a partir da ação econômica (do mercado capitalista), ocorra a reação do social, a negação. Dessa forma, o movimento do econômico (a ação econômica – valor que se valoriza no mercado auto-regulável) e o contramovimento do social (a reação do social – vida que se vitaliza pela autoproteção social) compõem movimentos contrários por natureza, que necessitam da mediação da política e dos intelectuais para operarem a “unidade dos contrários” e concretizarem a complementaridade entre movimentos opostos. Dessa forma e por necessidade do próprio sistema, a esfera da política transforma-se, por um lado, na esfera de superação das contradições e resolução dos conflitos do desenvolvimento passado e, por outro lado, na esfera de viabilização do processo de interação/integração dos agentes locais do desenvolvimento regional. Portanto, a esfera da política transforma-se na esfera de mediação entre o movimento do econômico e o contramovimento do social.

Contemporaneamente, por dedução, podemos responder que os distintos processos de desenvolvimento regionais não são iguais, porque a dinâmica do desenvolvimento contemporâneo caracteriza-se por ser resultado da síntese de dois processos contrários: Um, de transnacionalização dos espaços econômicos (globalização), que pode ser, em tese, considerado como sendo o da direção econômico-corporativa do desenvolvimento, uma ação exercida de fora para dentro, e de acordo com interesses econômico-corporativos, multinacionais, multissetoriais e multifuncionais. Outro, de regionalização dos espaços sociais (localização), que pode ser considerada, em antítese, como sendo a reação sócio-ambiental do desenvolvimento, uma contra-ação exercida de dentro para fora e de acordo com os interesses sociais e ambientais dos agentes do desenvolvimento do lugar. Portanto, os distintos processos de desenvolvimento regional resultam, de um lado e setorialmente, da dinâmica econômica-corporativa de produção e reprodução do capital e, de outro, e regionalmente, da dinâmica sócio-ambiental de produção e reprodução da vida, que configura e conforma as diferentes dinâmicas

regionais do desenvolvimento contemporâneo. Essa, no entanto, é só parte da resposta.

Obrigatoriamente, as explicações para as diferentes dinâmicas de desenvolvimento regional, cada vez mais, precisam ser buscadas na esfera da política. É na esfera da política que, por um lado, ocorre a forma de reação passiva, abortada, resultante da incapacidade organizacional dos agentes regionais (econômicos, sociais, políticos) de superarem as contradições e resolverem os conflitos, através da integração dos interesses locais com os interesses sócio-ambientais regionalizados, o que impossibilita a construção de um projeto próprio e específico. E, por outro, ocorre o inverso na forma de (re)ação ativa, nascida. A reação resultará da capacidade organizacional dos agentes regionais (econômicos, sociais, políticos) de superarem as contradições e resolverem os conflitos através da integração dos interesses locais com os interesses sócio-ambientais regionalizados; e destes, com os interesses econômico-corporativos transnacionalizados.

Surpreendentemente, como já registramos em outros textos⁴, termos como cooperação, participação, parceria, consórcio, interação/integração, cadeias, distritos, sistemas regionais de inovação e produção ao lado de outros como diferenciação, diversificação, pluralização passaram a fazer parte do discurso dos agentes regionais (econômicos, sociais, políticos) do desenvolvimento.

Inesperadamente, esse fenômeno teve como um de seus efeitos a renovada importância do local e uma tendência para estimular culturas regionais (KUMAR, 1997, p.132). Segundo Kumar e outros autores⁵, é em função desse estímulo aos valores culturais acumulados regionalmente, ou do “capital social” regional existente, que algumas regiões conseguem responder positiva e ativamente aos desafios regionais da globalização contemporânea, construindo seus próprios modelos de desenvolvimento. Para tanto, conseguem desenvolver suas potencialidades e aproveitar as oportunidades decorrentes da dinâmica global de desenvolvimento. Ao combinarem eficientemente o desenvolvimento de suas potencialidades locais com o aproveitamento eficaz das oportunidades globais oferecidas pelo processo de desenvolvimento contemporâneo, constituem uma dinâmica própria regional. Segundo os mesmos autores, isso só é possível abrindo caminhos para a crescente “participação social no processo de decisão e construção regional, garantindo a adaptação rápida às constantes mudanças provenientes do dinamismo global” (LEITE, 1994, p. 26) do desenvolvimento contemporâneo. Assim, os distintos processos de desenvolvimento regional passaram, de uma hora para outra, a depender diretamente das diferentes dinâmicas de desenvolvimento social das comunidades na resolução dos conflitos e contradições do desenvolvimento passado e nas definições dos rumos do desenvolvimento futuro.

⁴ BECKER, 2001a, b, c e d; 2000

⁵ PUTNAM, 1996; BOISIER, 1999; BANDEIRA, 2000; STRETEEN, 2001.

Conseqüentemente, isso nos faz apostar numa antiga tese de que o desenvolvimento não é a causa, mas a conseqüência da democracia (TOURAINÉ, 1996) e esta, por sua vez, é resultado da organização social. Em conseqüência, e conforme afirma Bobbio (1991), uma sociedade organizada é uma sociedade mais democrática, ao que emenda de imediato Touraine, uma sociedade mais democrática é uma sociedade muito mais desenvolvida.

Hipoteticamente, portanto, as diferentes dinâmicas de desenvolvimento regional dependem de uma crescente organização social das comunidades regionais. E uma crescente organização social equivale diretamente a um melhor envolvimento político nas decisões e definições dos rumos do desenvolvimento regional. Da mesma forma, uma melhor participação política leva, conseqüentemente, a um maior desenvolvimento econômico das comunidades regionais.

Provisoriamente, podemos apostar na nossa tese, de que uma sociedade mais organizada socialmente é uma sociedade mais participativa politicamente. E uma sociedade mais participativa politicamente é uma sociedade muito mais desenvolvida economicamente.

A DINÂMICA DO DESENVOLVIMENTO CONTEMPORÂNEO

Partimos da comprovação de Polanyi (2000, p.137) de que a dinâmica da sociedade moderna é governada por um duplo movimento: um, é o movimento destrutivo ditado pela dinâmica da economia de mercado; outro, é o contramovimento definido por um comportamento defensivo de uma sociedade que enfrenta mudanças. Isto ocorre dessa forma, segundo Polanyi, somente porque a economia de mercado transformou-se numa sociedade de mercado através da “redução do homem à mão-de-obra [à mercadoria recursos humanos ou capital humano como preferem alguns] e da natureza à terra” [à mercadoria recursos naturais ou capital natural, como preferem outros]. Dessa forma, “o homem, sob o nome de mão-de-obra, e a natureza, sob o nome de terra, foram colocados à venda” (POLANYI, 2000, p.137), mediados pelo dinheiro que “é apenas símbolo de poder de compra (...) [já que], como regra, ele não é produzido mas adquire vida através do mecanismo dos bancos e das finanças estatais” (POLANYI, 2000, p.85).

Esta transformação segundo Belluzzo (1987, p.88), torna-se realidade do desenvolvimento capitalista com a “transfiguração da própria lei do valor em lei do processo de valorização”. Com essa transfiguração, “não se visa mais obter uma mercadoria através do dinheiro, visa-se o aumento do dinheiro através do dinheiro” (FAUSTO, 1987, p.187).

Isto ocorre, porque, definitivamente, transforma-se em lei interna do regime de produção capitalista. Um regime de produção “que não está [mais] ligado a limitações

predeterminadas e predeterminantes das necessidades’ [humanas], senão unicamente às necessidades de autovalorização do capital” (BELLUZZO, 1987, p.89) ⁶.

Por isso, o trabalho, a natureza e a organização produtiva, “isto é, o aspecto natural do processo de produção capitalista, não tem sentido em si mesmo, como haveria a tentação de supor, precisamente, em conseqüência de sua própria naturalidade; mas, ao contrário, é meio para outra coisa, ou seja, para o processo de valorização” (NAPOLEONI, 1981, p.44).

Nada parece mais atual do que observar, na dinâmica do desenvolvimento atual, essas duas ordens de determinação: uma, definida pelo primado do econômico, devastando nações e regiões; a outra, perseguida pelas sociedades regionais e nacionais, reagindo à devastação e buscando proteger-se, defendendo suas sociedades da destruição.

No movimento do econômico, com a crescente transnacionalização de espaços econômicos, ocorre a interligação de regiões estratégicas economicamente para valorização do capital, principalmente conformando redes verticalizadas⁷ e, por isso, hierarquizadas, de pontos (regiões) estratégicos aos fluxos desregulados de capitais (TAVARES, 1993), viabilizados pela “crescente liberalização dos movimentos de capitais entre as principais praças de negócios” (BELLUZZO, 1997, p.152), constituindo, assim, “uma práxis privada e pública de cunho liberalizante e estimuladora da especulação” (BRAGA, 1997, p. 201), o que leva à financeirização da riqueza global (BRAGA, 1997).

Dessa forma, constituem-se as redes organizadas e estruturadas, segundo a capacidade técnico-econômica de cada região ou lugar (ponto na rede) em alavancar e comandar volumes crescentes de recursos financeiros, em controlar e analisar informações e em produzir e utilizar conhecimentos tecnológicos (HARVEY, 1993).

Essa capacidade de orientar e direcionar fluxos financeiros, gerar e considerar cenários futuros no processo decisório presente e desenvolver habilidades regionais, normalmente, em nossos dias, está associada à existência e/ou influência de grandes grupos econômico-financeiros, multinacionalizados.

Neste contexto hierarquizado, comandado por transnacionais (DOWBOR, 1998), as redes alteram-se, modificando suas regiões econômicas (pontos estratégicos), com muita freqüência e velocidade. Isso tudo, porque “poderosas e concretas empresas transnacionais” (DOWBOR, 1998, p.14) modificam suas posições na rede de acordo

⁶ Esta inversão/negação patrocinada pelo capital, enquanto processo de valor que se valoriza em escala crescente, é que impossibilita um desenvolvimento “equilibrado” e igualador. “Tal coisa só seria possível se as necessidades [humanas] comandassem a produção, e não o inverso” (BELLUZZO, 1987, 98).

⁷“(...) verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas de processos sociais” (SANTOS *et al*, 1994, p. 16). Na mesma página, o próprio autor ressalva: “Mas, além das redes, antes das redes, apesar das redes, com as redes, há o espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço, porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns”. Dizemos nós, este é o espaço daqueles que servem ao ou que se servem do processo de valorização do capital. Ou, aqueles que vivem e convivem nos “espaços de fluxos” nos termos de Castells (1999)

com seus interesses corporativos (BRAGA, 1997). "Dotadas de grande poder financeiro e de influência sobre a opinião de mercado, elas são, na verdade, formadoras de convenções, no sentido de que podem manter, exacerbar ou inverter tendências" (BELLUZZO, 1997, p. 177). Dessa forma, incluem e excluem novas e velhas regiões, nos e dos fluxos comerciais e financeiros transnacionalizados (BRAGA, 1997).

Basta observar o que ocorreu, recentemente, na Ásia, onde "tigres" viraram "gatos" da noite para o dia, ou o que aconteceu com as economias ditas emergentes, que emergiram da noite para o dia ou do dia para a noite, tanto faz, frente ao turbilhão especulativo dos mercados financeiros transnacionalizados. Os vizinhos e parceiros comerciais, argentinos e uruguaios, são o exemplo mais próximo da destruição contemporânea do "moinho satânico" globalizado.

Assim, a transnacionalização dos espaços econômicos leva as regiões a se tornarem possibilidades alternativas à valorização do capital financeiro. As regiões (pontos na rede) que assegurarem as melhores condições para a valorização do capital financeiro transformam-se, em suas bases regionais-locais, numa base sempre provisória e temporária, já que o capital financeiro caracteriza-se por sua volatilidade e mobilidade. Isso implica que, aparecendo outra região (lugar) mais em conta, mais favorável, o capital financeiro migra para essa nova região ou lugar (ponto na rede), o que leva, segundo Thurow (1997), as regiões a competirem entre si, para atraírem e regionalizarem (localizarem) investimentos em seus territórios.

Nesse ambiente de competição, o próprio processo de desenvolvimento faz com que "regiões tenham agora de concorrer entre si para firmar posições nos fluxos globais, ou ficarão fora dos fenômenos mais dinâmicos" (KUMAR, 1997, p. 165) do desenvolvimento global.

Já no contramovimento do social, com a crescente regionalização dos espaços sociais⁸, ocorre a interligação de áreas (regiões) contíguas, necessárias socialmente para a produção e reprodução da vida humana, num primeiro plano, e da vida em geral, num segundo plano, principalmente configurando relações horizontalizadas (SANTOS, 1994)⁹ e, por isso, relações de cooperação entre os agentes local-regionais do desenvolvimento, tendo em vista a reprodução social (cultural) e ambiental (natural) do lugar/local (comunidade, municipalidade, região, estado, nação) em seu conjunto.

Com a regionalização da reprodução social e ambiental do lugar, os interesses do capitalismo "pelas particularidades do local, localidade, heranças e história coincidem com a renovação global do reconhecimento, pelo capitalismo, da importância..." (KUMAR, 1997, p. 197), da região, para a produção da sobrevivência humana. "Tal fato não se choca, ao contrário, complementa a tendência do capitalismo, em sua fase global, de comprimir e

⁸Para uma discussão conceitual da dinâmica espacial atual consultar: BENKO, 1999 e HARVEY, 1993.

⁹"As horizontalidades serão os domínios da contigüidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial (...) [que constituem] o espaço banal, o espaço de todos [os incluídos e os excluídos], todo o espaço [o poluído e o não-poluído]". Castells (1999, p. 16). Esses são os "espaços de lugares" de Castells.

unificar o espaço (KUMAR, 1997, p. 107). É esse "encurtamento do espaço que põe em concorrência comunidades diferentes em todo o globo" (HARVEY, 1993, p. 271).

"Esse fenômeno teve como um de seus efeitos, inesperadamente, a renovada importância do local e uma tendência para estimular culturas (...) regionais" (KUMAR, 1997, p. 132), e abre caminhos para a "participação social no processo de decisão e construção regional, garantindo a adaptação rápida às constantes mudanças provenientes do dinamismo global" (LEITE, 1994, p. 26). Termos como cooperação, participação, parceria, consórcio, integração, ao lado de outros como diferenciação, diversificação, pluralização passam a fazer parte do discurso dos agentes local-regionais (econômicos, sociais, políticos) do desenvolvimento.

E isso é funcional ao sistema, já que "a criação de um espaço global abstrato, homogêneo gera um impulso contrário para a localização, a diferenciação e a diversidade" (KUMAR, 1997, p. 197). Abre-se, assim, a possibilidade concreta para a existência e coexistência competitiva de múltiplos modelos de desenvolvimento regional.

Por um lado, surge a necessidade (o movimento), e com ela os elementos determinantes de uma região (lugar) econômica articulada de forma especializada, setorializada, verticalizada e hierarquizada pelos interesses econômico-corporativos multinacionalizados da reprodução do capital financeiro. Nessa condição, uma região (lugar) economicamente determinada na rede mundial de valorização do capital, constituindo "apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns". Dizemos nós, que este é o espaço daqueles que servem ao ou que se servem do processo de valorização do capital, um espaço apartado por uma pequena minoria privilegiada.

Por outro lado, surge a possibilidade (o contramovimento defensivo e/ou ativo), e com ela os elementos desafiadores de uma região (lugar) social e ambiental auto-articulada de forma espacializada, regionalizada, horizontalizada e contigüalizada pelos interesses local-regionais de reprodução da vida. Enquanto tal, uma região (lugar) social e ambiental autodeterminada pelo processo de regionalização da valorização da vida, constituindo-se no "espaço de todos", no espaço dos incluídos e, também, dos excluídos, e de "todo o espaço", no espaço poluído e no não-poluído, inclusive, no "espaço banal", no espaço do ocioso, do improdutivo, enfim, um espaço de uma gigantesca maioria excluída.

É essa a necessidade-possibilidade (movimento x contramovimento) constituidora desse "novo" lugar (região) de desenvolvimento, resultante de um lado, e, setorialmente, da dinâmica econômica-corporativa de produção e reprodução do capital e, de outro lado, e, regionalmente, da dinâmica sócio-ambiental de produção e reprodução da vida, que configura e conforma as dinâmicas diferenciadas dos distintos processos de desenvolvimento local-regional contemporâneo.

Diante dessa dinâmica, algumas regiões conseguem responder positiva e ativamente aos desafios contemporâneos, construindo seus modelos de desenvolvimento e outras, não; ainda, outras regiões conseguem desenvolver suas potencialidades, constituindo uma dinâmica própria local; outras, ainda, só conseguem aproveitar as oportunidades

decorrentes da dinâmica global de desenvolvimento; ou, ainda, terceiras conseguem combinar eficientemente o desenvolvimento de suas potencialidades locais com o aproveitamento eficaz das oportunidades globais oferecidas pelo processo de desenvolvimento contemporâneo; por fim, quartas regiões não conseguem nem uma e nem outra, e tendem a desaparecer enquanto regiões de desenvolvimento.

Se a dinâmica de desenvolvimento global é a mesma e se as oportunidades decorrentes são as mesmas, por que as regiões respondem de forma tão diferente aos desafios da globalização? Ou, por que as regiões reagem e agem de forma tão diversa diante dessa nova realidade competitiva?

Provavelmente, é porque algumas regiões reagem passivamente, não conseguindo desenvolver seu modelo próprio e específico de desenvolvimento, enquanto outras (re)agem ativamente e o conseguem. Mas, por que algumas regiões reagem de forma passiva e de forma ativa?

A REAÇÃO PASSIVA E/OU ABORTADA PELA ECONOMIA GLOBAL

A forma de reação passiva, abortada, resulta da incapacidade organizacional dos agentes regionais (econômicos, sociais, políticos), de superarem as contradições e resolverem os conflitos, através da integração dos interesses locais com os interesses sócio-ambientais regionalizados, o que impossibilita a construção de um projeto próprio e específico. Nessa forma passiva, os interesses sócio-ambientais são abortados regionalmente, quando o são, de acordo com os interesses econômico-corporativos multinacionalizados (o mercado capitalista). É o mercado, a economia globalizada que determina a dinâmica do desenvolvimento regional.

Diante dessa dinâmica ou dessa lógica, não restam muitas opções às comunidades regionais. Normalmente, os agentes do desenvolvimento local-regional reagem de forma passiva e submissa à dinâmica do sistema, aceitando as oportunidades decorrentes dessa nova divisão internacional do trabalho, definidas pelo próprio processo de transnacionalização dos interesses econômicos corporativos financeirizados. É a tal da dependência submissa. Ou, uma abertura para dentro, subsumindo à dinâmica do capital financeiro.

Nessa forma de reação, a única possibilidade de desenvolvimento de uma determinada região (ponto na rede) é servir aos interesses dos conglomerados, transnacionalizados, concedendo-lhes todo tipo de facilidades. É a velha e surrada fórmula de se fazer desenvolvimento, concentrando investimentos e renda e, assim, gerando crescentes desequilíbrios regionais e desigualdades sociais.

Portanto, a possibilidade de que aflorem e coexistam múltiplas regiões de desenvolvimento é uma realidade decorrente do próprio processo de transformação do sistema capitalista e é funcional ao mesmo. Enquanto tal, muito antes de ser uma possibilidade, é uma necessidade do próprio sistema, uma vez que, ao mesmo tempo em

que com uma mão transnacionaliza e homogeneiza, com outra mão regionaliza e heterogeneiza e com as duas mãos flexibiliza a competição dos sujeitos do processo de desenvolvimento, no tempo e no espaço, recriando as regiões.

Dessa forma, ao ressuscitar a região, econômica e socialmente, o sistema capitalista recupera o espaço para o diferente, o diverso, o plural, o heterogêneo. Nessa construção, diversificar, diferenciar e pluralizar transformaram-se em pressupostos e objetivos viabilizadores de inserções diferenciadas e diferenciadoras; portanto, alternativas das múltiplas regiões no processo de desenvolvimento global. Abre-se, assim, o espaço para as histórias locais, as tradições do lugar, enfim, para os desejos e fantasias localizados, não só no sentido poético como se pode, à primeira vista, pensar, mas para colocar em concorrência os múltiplas regiões. Com isso, a valorização do capital financeiro é acelerada no tempo e no espaço, transformando as regiões em espaços alternativos para sua valorização. Em outros termos, abre espaço para a competição interregiões e, assim, para a regionalização do desenvolvimento global contemporâneo.

Essa reação funcional encontra guarida no embate político-ideológico entre duas concepções de mundo, aparentemente antagônicas, mas legítimas e cimentadoras do desenvolvimento contemporâneo: de um lado, encontram-se aqueles que vendem a idéia de que com mais mercado e menos estado, seríamos mais livres, ricos e felizes; de outro, colocam-se aqueles que defendem mais estado e menos mercado, porque só assim seríamos mais iguais, justos e fraternos. Entre os neoliberais de plantão e os social democratas de ocasião, o fato é que a desestruturação social das comunidades regionais, gerada pela economia globalizada (pelo mercado auto-regulado), já não se transforma mais em reestruturação “financiada” pelo Estado do Bem-estar Social, mas patrocinado pela sociedade.

Embora, à primeira vista, pareça uma falácia, a questão não é tão falsa quanto parece, porque tanto os governos de direita, com seus mercados auto-reguláveis, quanto os governos social-democratas, com seus Estados do bem estar social ou, até mesmo os poucos governos de “esquerda”, com seus múltiplos socialismos democráticos, acabam sendo muito semelhantes na sua forma concreta de governar, ou seja, no conteúdo de suas políticas macroeconômicas. Privilegiam cada vez mais a produção e reprodução do capital em detrimento da produção e da reprodução da vida, seja na dimensão humana, ou nas muitas outras dimensões da vida.

Na prática, temos muito mais mercado e estado do que deveria para a produção do capital e muito menos do que precisamos para a produção da vida, conforme comprovam todos os números¹⁰. O mercado cresce ativamente, principalmente os mercados financeiros; igualmente, o comércio de bens e serviços, transnacionalizados;

¹⁰Ver os números sobre mercados em: FIORI, 1999; CASTELLS, 1999; HIRST e THOMPSON, 1998; TAVARES e FIORI, 1997; CHESNAIS, 1996.

¹¹Números sobre o crescimento dos gastos públicos e da dívida pública podem ser encontrados em: DOWBOR, 1998; CHORNEY, 1997.

enquanto o estado cresce passivamente, através da sua crescente dívida pública¹¹, pagando a conta da globalização. Ao pagarem a conta da globalização as economias nacionais, principalmente as emergentes, tiveram crescimentos pífios ou não cresceram nas últimas décadas, do que é exemplo a economia brasileira. Então, podemos afirmar que a aparente falsidade da oposição entre mercado e estado é uma forma de escamotear ou esconder a verdade essencial de serem, tanto os mecanismos de mercado, quanto os instrumentos de intervenção do estado capitalista formas de dominação de classe. São, antes, mecanismos e instrumentos a serviço de uma determinada classe, a classe dominante mundializada.

Trata-se, pois, de uma introversão e de uma efetiva desagregação da vida econômica, política e social sob o capital financeirizado e transnacionalizado. Nesse meio, as elites intelectuais e dominantes não só não assimilam elementos novos como desassimilam uma parte de si mesmas, retornando ao passado morto, recuperando e dando nova roupagem ao velho credo liberal ou à velha social democracia, como queiram ou permitam as suas consciências, já que, enquanto ideologias do passado, só podem “pretender ser novas”.

REAÇÃO ATIVA E/OU NASCIDA DA INTEGRAÇÃO SOCIAL REGIONAL

Ocorre o inverso com a forma de (re)ação ativa, nascida. A reação resulta da capacidade organizacional dos agentes regionais (econômicos, sociais, políticos) de superarem as contradições e resolverem os conflitos através da integração dos interesses locais com os interesses sócio-ambientais regionalizados. E, a partir dessa integração, passam a construir um projeto próprio e específico de inserção diferenciada e diferenciadora, portanto, alternativo, do desenvolvimento regional no desenvolvimento global, vinculando os interesses econômico-corporativos multinacionalizados (o mercado capitalista) aos interesses sócio-ambientais regionalizados. Esta integração, na sua forma de (re)ação ativa, somente será possível se os agentes regionais, enquanto protagonistas diretos do desenvolvimento regional, conceberem e fizerem nascer, naturalmente, um processo de uma organização social pró-desenvolvimento regional através de uma crescente participação política.

Nessa compreensão, o desenvolvimento não é a causa, mas a consequência da democracia (TOURAINÉ, 1996) e esta, por sua vez é resultado da organização social. Em consequência, e conforme afirma Bobbio, uma sociedade organizada é uma sociedade mais democrática, ao que emenda de imediato Touraine, uma sociedade mais democrática é uma sociedade muito mais desenvolvida.

Dessa forma, construindo uma equação:

(+) organização social = (++) participação política;
 (++) participação política = (+++) desenvolvimento econômico;
 = padrões regionais diferenciados de desenvolvimento.

A partir dessa equação, é possível distinguir certos padrões nos movimentos de constituição, expansão e consolidação do desenvolvimento do capitalismo em diferentes regiões.

Esses padrões¹² regionais de desenvolvimento, nas suas formas cooperadas e associativas, são rotulados por alguns, de “capital social”, como é o caso de Putnam (1996), ao analisar a experiência italiana de regionalização do desenvolvimento; outros preferem rotulá-las de “capital sinérgico”, como o fez Boisier (1999), ao acompanhar, enquanto técnico da CEPAL, a experiência de regionalização chilena; por fim, terceiros, ao analisarem experiências de regionalização em nações cujos estados, desde a sua origem moderna e capitalista não foram estados unitários, estão denominando-os de *governance*. Essas formas de estreita interação dos agentes (econômicos, sociais e políticos) do desenvolvimento constituem padrões próprios e específicos de desenvolvimento regional. (BANDEIRA, 2000, p.38 e segs e STREETEN, 2001, p.117 e segs).

Todas são novas formas de se rotular as culturas regionais. Já que “a cultura em seus vários níveis, unifica uma maior ou menor quantidade de indivíduos em estratos numerosos, mais ou menos em contato expressivo, que se entendem entre si em diversos graus” (GRAMSCI, 2001, p.398).

Disto se deduz a importância que tem o ‘momento cultural’ também na atividade prática (coletiva): todo o ato histórico não pode deixar de ser realizado pelo ‘homem coletivo’, isto é, pressupõe conquista de uma unidade ‘cultural-social’ pela qual uma multiplicidade de vontades desagregadas, com fins heterogêneos, solda-se conjuntamente na busca de um mesmo fim, com base numa idêntica e comum concepção de mundo (geral e particular, transitoriamente operante — por meio da emoção — ou permanente, de modo que a base intelectual esteja enraizada, assimilada e vivida que possa transformar em paixão. Já que assim ocorre, ... revela-se a importância da conquista coletiva de um mesmo ‘clima cultural’ (GRAMSCI, 2001, p.399).

¹² Nos termos de Oliveira (1985, p.48), “para que seja enfrentada a questão da gênese do capitalismo em diferentes nações [ou em diferentes regiões], é necessária a elaboração do que seriam as ‘circunstâncias históricas’. Vale dizer, impõe-se a construção de categorias particulares, categorias e conceitos que permitam apreender fenômenos recorrentes nos processos históricos. Assim, seria possível distinguir certos padrões nos movimentos da constituição, [expansão e consolidação] do capitalismo em diferentes nações [regiões]. Esta construção constituiria uma elaboração teórica, pois não somente estariam presentes determinações gerais (mediadas historicamente, é claro), como também porque estes padrões seriam fixados com certo nível de abstração, já que dariam conta de movimentos gerais comuns a determinadas nações [regiões], sem entretanto deixar de apreender a dinâmica dos casos particulares. Em outras palavras, o que estamos propondo é a formulação de mediações históricas, ou seja, uma abordagem que se afasta tanto dos modelos como de uma teoria geral sobre a gênese [expansão e consolidação do desenvolvimento] do capitalismo”.

Contemporaneamente, esses padrões de organização sociocultural do desenvolvimento regional estão assentados na, “confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas...” (PUTNAM, 1996, p.177).

Constituindo-se em “recursos cuja oferta aumenta com o uso, em vez de diminuir, e que se esgotam se não forem utilizados” (HIRSCHMAN apud idem, ibidem, p. 179).

Assim, transformado num “...bem público, ao contrário do capital convencional, que, normalmente, é um bem privado”. (...) (Id., Ib., p.180).

Isto significa que “...o capital social, à diferença de outras formas de capital, geralmente tem que ser gerado como subproduto de outras atividades sociais” (Id., Ib., p.180).

Principalmente, porque, “assim como outras formas de capital, o capital social é produtivo, possibilitando a realização de certos objetivos que seriam inalcançáveis se ele não existisse (...)” (PUTNAM, 1996, p.177).

Por exemplo, “um grupo cujos membros demonstrem confiabilidade e que depositem ampla confiança uns nos outros é capaz de realizar muito mais do que outro grupo que careça de confiabilidade e de confiança (...)” (COLEMAN, J., apud PUTNAM, 1996, p.177).

São exemplos dessa nova realidade: a *Terza Itália*, «as celebradas conexões com a indústria de ‘alta tecnologia’ do Vale do Silício de [Universidade] Stanford ou a Rota 128 do MIT-Boston» (HARVEY, 1993, p.151); as regiões de colonização do Rio Grande do Sul e de certa forma o próprio Estado do Rio Grande do Sul, se comparado com os demais estados brasileiros.

Este problema pode e deve ser aproximado da colocação moderna da doutrina e da prática pedagógicas, segundo as quais a relação entre professor e aluno é uma relação ativa, de vinculações recíprocas, em que, portanto, todo o professor é sempre aluno e todo o aluno, professor. ... Esta relação existe em toda a sociedade no seu conjunto e em todo indivíduo com relação aos outros indivíduos, entre camadas de intelectuais e não intelectuais, entre governantes e governados, entre elites e seguidores, entre dirigentes e dirigidos... Toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica, que se verifica não apenas no interior de uma região, entre as diversas forças que a compõem, mas em todo o campo nacional, continental, internacional, mundial, entre conjunto de civilizações nacionais, continentais, mundiais (GRAMSCI, 2001, p.399).

Embora essa assertiva pareça uma utopia distante no tempo, que esbarra na impossibilidade real e atual para sua concretização, não se pode esquecer que é por sua natureza contraditória que a democracia torna-se hoje sempre mais subversiva, sendo, por

isso, incômoda, desordenada, freqüentemente irritante. Enquanto processo de democratização, ela educa e abre espaço para os desejos.

O ENVOLVIMENTO SOCIAL DÁ MOVIMENTO POLÍTICO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Num contexto democrático e participativo, os padrões de desenvolvimento, longe de surgirem totalmente armados da cabeça de um só homem ou de um grupo de tecnocratas, nascem entre os homens que os organizam juntos no processo de uma troca dialógica fundada na cultura dos diferentes grupos.

Visto dessa forma, o processo de desenvolvimento, enquanto padrão, já não tem a função de convencer ou de fazer compreender o valor de um determinado modelo ou de uma solução para a questão social. Ele tem como tarefa pôr em marcha os desafios das massas: fazer ver, melhor, fazer desejar, envolvendo todos num processo de interação/integração regional.

Dessa forma se constrói uma utopia desenvolvimentista que, enquanto tal, se destaca do conceito para tornar-se imagem, imagem mediadora e aberta à verdade do desejo. Por esse caminho, as pessoas, os sujeitos descobrem-se para o sonho, para a utopia, para a visão, que exige distinção, seu verdadeiro espaço: a educação do desejo (ABENSOUR, 1990, p.153).

A educação do desejo é a grande função organizadora do desenvolvimento participante: educar o desejo, estimulá-lo, despertá-lo. Porque é preciso ensinar o desejo a desejar, a desejar melhor, a desejar mais, sobretudo, a desejar de outra forma (Id., Ib., p.145). Despertar a faculdade de desejar, de sonhar é despertar o indivíduo, o cidadão, o sujeito primeiro de qualquer processo de desenvolvimento que se intitule humano.

Só assim, é possível compreender o processo de desenvolvimento, pois todos os modelos de desenvolvimento são mistérios a desvendar, enquanto tais, estimulantes à imaginação. Mistérios a descobrir, ou melhor, enigmas a desvendar, a enfrentar, a pluralizar, a partilhar, a trocar, a viver e a pensar em comum (Id., Ib., p.167).

Concebidos dessa forma, enquanto processo de democratização, os processos de desenvolvimento regional educam e abrem espaços para o plural, para o diverso, para o diferente. Portanto, admitem o conflito, a divergência e a pluralidade. É exatamente esse caráter dinâmico que torna a democratização um processo progressivo.

“E isso somente é possível alargando e organizando nossa sociedade” (INGRAO, 1991, p.191). Isso quer dizer introdução, expansão, consolidação e aprofundamento da democracia nas mais diversas áreas de desenvolvimento humano.

Na verdade, esse processo pressupõe um novo ordenamento social; por isso, fundamenta uma nova fase desenvolvimentista na qual transferir-se-ão para as sociedades funções antes exercidas pelo Estado, o que provocará uma transformação qualitativa do

Estado, elevando-o a um patamar superior (SIGNORILE, 1991, p.196).

Portanto, a conquista da “liberdade na organização complexa da vida política e econômica” depende, em grande parte, da organização do movimento social, de uma maneira geral [...], já que “a conquista da democracia é luta política, organização de interesses, clareza e concretização de objetivos” (Id., *ib.*, p.198).

Para que isso se torne possível num futuro próximo, é preciso, desde já, trabalhar alternativas viabilizadoras e transitórias que entrelacem democracia representativa e democracia participativa, democracia indireta e democracia direta, democracia delegada e democracia participante. Ao longo desse caminho, transformar “democracia participada” em “democracia participante”. Quer dizer, transitar “para um sistema democrático de tipo novo, mais avançado, que seria denominado de democracia organizada” (VACCA, 1991, p.141), ou, como diz Bobbio (1991, p.50/1), de “democracia integral”. O que pode ser traduzido para uma crescente combinação de participação social com representação política. Já que, segundo Bobbio (1991), a democracia participativa é um corretivo necessário à democracia representativa.

Assim, é possível conceber a sociedade civil como um

terceiro sistema de poder [e, ao mesmo tempo,] (...) tomar consciência do seu papel para vir a ser uma entidade por si mesma, a começar a ter voz própria, a impor suas opções plurais; em resumo, reequilibrar, a seu favor, a relação de forças perante o Estado e as instituições que dominam a vida econômica [o mercado], sejam elas privadas ou públicas. Isto, porque uma constatação banal e, não obstante, essencial salta aos olhos: o desenvolvimento somente pode manifestar-se lá onde vivem as pessoas, isto é, localmente (SACHS, 1986a, p.115).

Além desta, pode-se fazer outra constatação, não menos banal: é, também, localmente “que as vontades são determinadas, já no nível dos interesses materiais e econômicos (...) e passam, objetivamente, por um processo de universalização [politização] que leva à formação de sujeitos coletivos” (COUTINHO, 1998, p.35), protagonistas diretos e mediatos, portanto, ativos do desenvolvimento local-regional. Isso, sem dúvida, se concretiza com a crescente participação social e cidadã no processo de decisão e construção regional dos modelos de desenvolvimento. Essa participação, conforme já vimos, é um processo formativo lento, uma recuperação coletiva da capacidade de organizar e de construir uma região. Portanto, é a partir dessa crescente socialização da política verificada nas sociedades contemporâneas que se pode conceber uma nova esfera do ser social que é a sociedade civil (COUTINHO, 1998, p.53).

Portanto, uma sociedade democrática só será efetivamente democrática, se for organizada respeitando e desenvolvendo os valores de cada região, já que a organização

da sociedade tornou-se pressuposto e resultado do próprio processo de democratização e, este, fundamento dos padrões de desenvolvimento. Além de ser trincheira garantidora das regras do jogo democrático, a sociedade organizada, ou melhor, a sociedade civil, na acepção que lhe confere Gramsci¹³, funciona como dinamizadora do processo de transformações e aprofundamento da democracia. Somente nesses casos vale a tese; quanto mais organizada a sociedade, mais democrática; quanto mais democrática uma sociedade, mais organizada e, portanto, muito mais desenvolvida.

Somente com o aprofundamento do processo de democratização é que pode desabrochar o reconhecimento da diversidade ambiental e da pluralidade cultural que se transformam em vantagens ou trunfos de diferentes espaços e escalas geográficas e na sabedoria de como interagir, a autonomia decorrente da diversidade, com a integração da sociedade local, regional, nacional, global. Assim, o envolvimento dos agentes regionais deve ser compreendido como as múltiplas alternativas que cada localidade, região ou nação têm, pelas suas diferenças culturais, ambientais e valores (éticos e morais), de se inserir no processo geral de desenvolvimento através da construção regional de um modelo de desenvolvimento próprio e específico, portanto, singular. Em outras palavras, o envolvimento deve ser entendido como a capacidade cultural, acumulada regionalmente, dos agentes sociais, políticos e econômicos de uma região para constituir e construir de forma coletiva e associada seu próprio padrão de desenvolvimento.

Esse padrão de desenvolvimento próprio só é possível potencializando as especificidades sociais e culturais de cada região que, por si só, são diferenciadoras e, por isso, possibilitadoras de inserções diferenciadas. E só o será, se a região souber a tempo promover e adotar seu acumulado sociocultural como pressuposto, meio e objetivo do processo de desenvolvimento regional. A crescente interação/integração dos agentes do desenvolvimento regional transforma-os em sujeito coletivo regional e é o que viabiliza um processo de desenvolvimento diferenciado e diferenciador do de outras regiões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, a força expansiva de desenvolvimento regional não deve ser medida pela intervenção individual de pessoas particulares, mas pelo fato de que estas pessoas singulares expressem consciente e organicamente um bloco social regional (GRAMSCI, 2001a, p.171). O que significa, de resto, criar um terreno para um novo desenvolvimento da vontade coletiva regional (GRAMSCI, 2000, p.18) conformando um “grupo territorial hegemônico” (GRAMSCI, 2000, p.92).

¹³ “sociedade civil, isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados’” (GRAMSCI, 2000, p.21).

É por essa passagem de reconhecimento, quando as condições objetivas transformam-se em subjetivas, que o sujeito se torna livre, pois passa da experiência à consciência, e, por isso, se põe em condições de poder transformar a realidade. Já que, segundo Gramsci (2001a) não é a estrutura¹⁴ sócio-econômica que determina diretamente a ação política, mas sim a interpretação que se tem dela e das chamadas leis que governam seu movimento.

Portanto, o envolvimento que dá movimento ao desenvolvimento ocorre através da passagem do momento meramente econômico (momento do individualismo ou egoísta-passional) para o momento político (momento coletivo ou ético-ideológico), ou seja, a elaboração superior das necessidades econômicas em possibilidades políticas na consciência dos homens.

Nessa tomada de consciência, através do reconhecimento que o sujeito ativo da história faz da objetividade do processo de desenvolvimento regional, reconhecimento que permite transformar as condições materiais em instrumento de ação e, portanto, alcançar o objetivo desejado, é que os agentes do desenvolvimento regional, enquanto organizadores políticos e mediadores sociais de um determinado projeto de futuro, transformam-se em ideólogos, assumindo o papel de uma camada social mediadora e exercendo a função de organizar a direção social e cultural de um determinado grupo. Enquanto organizador e mediador, o intelectual gramsciano, portador de uma certa capacidade dirigente e técnica, exerce suas funções em todas as esferas da vida social: seja no plano da produção, da cultura, ou seja no plano da gestão do desenvolvimento regional (BUCI-GLUCKSMANN, 1980).

Em síntese, o intelectual como sujeito organizador da cultura e dos homens é que articula e integra o centro do poder com o restante do corpo social; e, que, ao produzir ideologia, fornece consciência (BEIRED, 1998, p. 127) ao grupo social das possibilidades de ação e de luta que lhe são consentidas por determinadas condições materiais de sua ação. Como meio, é livre para 'transformá-las em meio de liberdade, instrumento para criar uma nova forma ético-política, origem de novas iniciativas (PORTELLI, 1977, p.52) de construção de consensos mínimos em torno de projetos de desenvolvimento regional que vinculem o presente ao futuro.

Nesse contexto de crescente imbricamento entre as esferas econômicas, sociais e políticas, o empresário inovador schumpeteriano, realizador das inovações técnico-produtivas, seja criando novo produto; introduzindo novo método produtivo; abrindo novo mercado; conquistando novas fontes de matérias-primas; ou constituindo nova organização industrial, deve ir além da sua função essencial na esfera econômica. Para ir além da sua atividade econômica, nas palavras de Schumpeter (1985, p.55), o empresário-intelectual "deve sempre aparecer misturado com outros tipos de atividade, que, via de

¹⁴ Compreendida, "historicamente, como o conjunto das relações sociais nas quais os homens reais se movem e atuam, como conjunto de condições objetivas..." (GRAMSCI, 2001, p.297).

regra, devem ser muito mais importantes que o essencial". Mas só isso não basta.

À semelhança do que faz Schumpeter, separando os "meros administradores dos empresários inovadores", Gramsci separa hierarquicamente os intelectuais¹⁵ "segundo o valor qualitativo de sua função, do grande intelectual ao intelectual subalterno: na cúpula, os criadores da nova concepção de mundo, o criador da nova ideologia; no escalão inferior, aqueles que estão encarregados de administrar ou divulgar a ideologia" (PORTELLI, 1977, p.97). Portanto, o intelectual em ação é um criador e, assim, é um suscitador de novas ideologias (DEBRUM, 2001).

Ao distinguir o intelectual criador¹⁶ do mero organizador político¹⁷, Gramsci, tal qual faz Schumpeter com a inovação tecnológica no momento econômico, elege a "inovação" ideológica¹⁸ como estratégica na luta política¹⁹ dos grupos sociais pela hegemonia do processo de desenvolvimento regional. Por isso, as ideologias "são construções práticas, instrumentos de direção política" (GRAMSCI, 2001, p.387), isto é, "instrumento prático para governar" (GRAMSCI, 2001, p.284).

Por isso, a ideologia, enquanto concepção de mundo dos intelectuais, não pode mais ser concebida "como elaboração individual de conceitos sistematicamente coerentes, mas além disso, e sobretudo, como luta cultural para transformar a 'mentalidade' ... e difundir as inovações ideológicas que se revelem 'historicamente verdadeiras' na medida em que se tornem concretamente, isto é, histórica e socialmente, universais. (GRAMSCI, 2001, p.398). Só assim, "as ideologias 'organizam' as massas humanas, formam o terreno no qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição e lutam" (GRAMSCI, 2001, p.237)

Nas palavras de Debrum (2001) versadas para nossa discussão, são as necessidades sociais e econômicas transformadas em pressões políticas que impulsionam e dinamizam o desenvolvimento das regiões. Isto, porque a resolução dos problemas sociais e econômicos ou a superação das contradições estruturais é conquistada apenas na medida em que interessa a certos grupos. O ponto de partida sempre é particularista. A rigor, só

¹⁵ "De fato, a atividade intelectual deve ser diferenciada em graus também do ponto de vista intrínseco, graus que, nos momentos de extrema oposição, dão lugar a uma atêntica diferença qualitativa: no mais alto grau, deve ser postos os criadores das várias ciências, da filosofia, da arte, etc.; no mais baixo, os mais modestos 'administradores' e divulgadores da riqueza intelectual já existente, tradicional, acumulada" (GRAMSCI, 2002, p.21).

¹⁶ Deve ser entendido "no sentido de pensamento que modifica a maneira de sentir do maior número e, em consequência, da própria realidade, que não pode ser pensada sem a presença deste 'maior número'" (GRAMSCI, 2001, p.203, vol. 1).

¹⁷ "o grande intelectual deve também mergulhar na vida prática, tornar-se um organizador dos aspectos práticos da cultura, se quiser continuar a dirigir; deve democratizar-se, ser mais atual..." (GRAMSCI, 2001, p.434).

¹⁸ Porque, "a vida não se desenvolve homogeneamente, mas sim por avanços parciais, de ponta, desenvolve-se por assim dizer por crescimento piramidal" (GRAMSCI, 2001, p.257).

¹⁹ Intelectual deve ter uma "inscrição ativa na vida prática, como construtor, organizador, 'persuasor permanente'... dirigente (especialista + político) (p.53).

existem interesses particulares. Apenas essas particularidades podem interagir e, na medida em que cresce a interação, cada interesse particular, sem deixar de ser ele próprio, generaliza-se cada vez mais numa integração crescente, transformando-se em consciências coletivas que criam novas superestruturas e, por meio destas, agem e desenvolvem a estrutura sócio-econômica. Nas palavras de Gramsci (2001, p.413),

deve-se conceber o homem como uma série de relações ativas (um processo), no qual, se a individualidade tem máxima importância, não é todavia o único elemento a ser considerado. A humanidade que se refere a cada individualidade é composta de diversos elementos: 1) o indivíduo; 2) os outros homens; 3) a natureza. O indivíduo não entra em relações com outros homens por justaposição, mas organicamente, isto é, na medida em que passa a fazer parte de organismos, dos mais simples aos mais complexos". Daí ser possível dizer que cada um transforma-se a si mesmo, modifica-se, na medida em que transforma e modifica todo o conjunto de relações do qual é centro estruturante. Neste sentido, o verdadeiro intelectual é — e não pode deixar de ser — nada mais do que político, isto é homem ativo que modifica o ambiente, entendido por ambiente o conjunto das relações de que todo o indivíduo faz parte.

Em sendo assim, é possível concebermos um novo agente do desenvolvimento regional integrando o empresário inovador schumpeteriano com o intelectual criador gramsciano. Dessa integração, resultaria uma "vontade coletiva regional", "um sujeito coletivo regional" capaz de "levar a cabo novas combinações", não só promovendo inovações na esfera técnico-produtiva, mas também seria capaz de criar nova ideologia, executando novas combinações sócio-culturais e ético-ideológicas²⁰.

É nessa combinação de novas combinações, ou melhor, é nas necessárias e/ou possíveis interações das novas tecnologias com as novas ideologias (THUROW, 1997, p.16 e 24), que se pode localizar as forças impulsionadoras e dinamizadoras dos sujeitos coletivos regionais no processos de (des)envolvimento regional contemporâneo.

Assim, as ideologias (res)surgem como forças formadoras e criadoras de novas combinações que vão além da esfera técnico-econômica e se tornam o momento primário. Nessa concepção, as ideologias, ao confrontarem-se no momento político-ideológico, transformam-se em instrumentos de luta dos grupos sociais pela hegemonia, pela conquista da direção do processo de desenvolvimento. Essa conquista da condição

²⁰ Isso é necessário, porque é no terreno das ideologias que os homens tomam consciência da sua posição e das suas possibilidades (DEBRUM, 2001, p. 39) e, portanto, ao tomar consciência de seus problemas sociais e econômicos abrem para o processo de desenvolvimento regional as múltiplas possibilidades alternativas de solucionar seus problemas e superar suas contradições estruturais.

de ser direção de um determinado processo de desenvolvimento regional transforma uma determinada classe em dirigente regional. Esta classe dirigente, nosso novo sujeito coletivo regional, distingue-se pela sua especialização técnica, pelo hábito coletivo de trabalho, por ser capaz de articular a sua especialidade profissional ao desenvolvimento de uma ação cultural e política de natureza hegemônica (BEIRED, 1998, p.128). É essa ação cultural que possibilita a escolha política de um modelo de desenvolvimento, em detrimento de outro. E, sempre tem origem na emergência e existência de um bloco hegemônico regional ou de um sujeito coletivo regional, que determina o tipo de integração, de organização e de direção do desenvolvimento regional (BENKO e LIPIETZ, 1994, p.251).

Aliás, confirmando os indícios levantados por Dunford (1994, p.167) em suas pesquisas, "a qualidade do desenvolvimento numa região e seu êxito na concorrência econômica serão maiores nas áreas em que o desenvolvimento se encontrar melhor planejado e organizado, e menos regulado pelo mercado".

Planejar, organizar e dirigir o processo de desenvolvimento é uma necessidade contemporânea, tendo em vista que o capital transformou a competitividade na contrapartida dos níveis de produtividade vigentes nas economias regionais, cuja alteração resulta basicamente de esforços domésticos das regiões, e depende muito pouco do que estiver ocorrendo no resto do mundo (ARAÚJO Jr., 1996, p.75).

Neste contexto competitivo, embora continue sendo verdadeiro que a competitividade se plasma no conjunto das indústrias de um determinado setor, devemos ter presente que "não competem apenas empresas. Confrontam-se também sistemas produtivos, esquemas institucionais e organizações sociais, entre os quais a empresa constitui um elemento importante, mas integrada a uma rede de vínculos com o sistema educacional, a infra-estrutura tecnológica, as relações gerenciais/trabalhistas, o aparato institucional público e privado, o sistema financeiro, etc." (ARAÚJO Jr, 1996, p.81).

Por isso, cada vez mais, a competitividade e, portanto, o desenvolvimento de uma determinada região passa pelo necessário "esforço doméstico" da organização social para incrementar, de forma crescente, a produtividade. Ao contrário da lógica empresarial, cuja lucratividade e competitividade são os verdadeiros determinantes do crescimento da produtividade (CASTELLS, 1999, p.100), no caso das regiões, é a produtividade que se transforma no verdadeiro e principal determinante da competitividade.

Esta é uma compreensão de competitividade como atributo mais de organizações sócio-econômicas coletivistas, tais como regiões, do que de empresas, para as quais o conceito tradicional um tanto complexo de 'posição competitiva' parece ser mais adequado" (CASTELLS, 1999, p.105). Na verdade, "a competitividade, na nova economia global, como já disse, parece depender muito da capacidade política das instituições para impulsionar a estratégia de crescimento dessas regiões ..." (CASTELLS, 1999, p.122/3).

Conclusivamente, podemos afirmar que uma sociedade mais organizada socialmente é uma sociedade mais participativa politicamente. E uma sociedade mais participativa politicamente é uma sociedade muito mais desenvolvida economicamente.

Quer queiramos ou não, estratégias bem sucedidas de desenvolvimento regional estão, normalmente, associadas, nos tempos recentes, a vigorosas estratégias (re)estruturantes do desenvolvimento regional (vontades coletivas regionais), executadas pelas organizações e instituições das comunidades regionais, ou seja, estratégias formuladas e executadas por sujeitos coletivos regionais.

Em função disso, devemos entender o desenvolvimento regional como um processo de transformações econômicas, sociais e políticas, cuja dinâmica é imprimida desde de dentro e por iniciativa própria desses sujeitos (inovadores tecnológicos e criadores ideológicos) coletivos regionais, manifesta nas mudanças estruturais ou qualitativas que um processo de desenvolvimento regional sofre, a partir de alterações endógenas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABENSOUR, M. *O novo espírito utópico*. Campinas: EDUNICAMP, 1990.
- ARAÚJO Jr., J. T. Concorrência, competitividade e política econômica. In: *O Brasil e a economia global*. BAUMANN, R. (org.). Rio de Janeiro: Campus, 1996.
- BANDEIRA, P. S. Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional. In: BECKER, D. F.; BANDEIRA, P. S. (Orgs). *Determinantes e desafios contemporâneos*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. (Coleção Desenvolvimento Local-Regional).
- BECKER, D. F. *Desenvolvimento local-regional em questão*. Inédito. 2001a.
- _____. *O conhecimento se fazendo*. Inédito. 2001b.
- _____. *Competitividade: o (des)caminho da globalização econômico-financeira*. Inédito. 2001c.
- _____. (Org.) *Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001d.
- BECKER, D. F.; BANDEIRA, P. S. (Orgs). *Determinantes e desafios contemporâneos*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. (Coleção Desenvolvimento Local-Regional).
- BEIRED, J. L. B. A função social dos intelectuais. In: AGGIO, A. *GRAMSCI: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: UNESP, 1998.
- BELLUZZO, L. G. M. Dinheiro e transfigurações da riqueza. In: TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes,

1997.

_____. *Valor e capitalismo*. São Paulo: Bial, 1987.

BENKO, G. *Economia, espaço e globalização*. São Paulo: HUCITEC, 1999.

BENKO, G. e LIPIETZ, A. Das redes de distritos aos distritos de redes. In: BENKO, G. e LIPIETZ, A. *As regiões ganhadoras: distrito e redes – Os novos paradigmas da geografia econômica*. Oeiras (PT): Celta, 1994.

BOBBIO, N. *O Marxismo e o Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

_____. *Direita e esquerda*. São Paulo: UNESP, 1995.

BOBBIO, N. *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

BOISIER, S. El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinérgico. *REDES*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, v. 4, n. 1, p. 61-78, jan./abr. 1999.

BRAGA, J. C. S. *A temporalidade da riqueza: teoria da dinâmica e financeirização do capitalismo*. Campinas(SP): IE/UNICAMP, 2000.

_____. Financeirização global: O padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo. In: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.

BUCI-KLUCKSMANN, C. *Gramsci e Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CHORNEY, H. Dívidas, déficit e pleno emprego. In: BOYER, R.; DRACHE, D. *Estados contra mercados: os limites da globalização*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

COUTINHO, C. N. Socialismo e democracia. In: AGGIO, A. *GRAMSCI: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: UNESP, 1998.

DOWBOR, L. *A reprodução social: propostas para uma gestão descentralizada*. Petrópolis: Vozes, 1998.

DUNFORD, M. Trajetórias industriais e relações sociais: nas regiões de novo crescimento econômico. In: BENKO, G.; LIPIETZ, A. *As regiões ganhadoras: distrito e redes – Os novos paradigmas da geografia econômica*. Oeiras(PT): Celta, 1994.

FAUSTO, R. *MARX: lógica & política*. São Paulo; Brasiliense, 1987.

FIORI, J. L. (org.). Estados, moedas e desenvolvimento. In: FIORI, J. L. *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

- GERRANTANA, V. Quando a democracia é subversiva. In: BOBBIO, N. *O Marxismo e o Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2000/2 (6 volumes).
- GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere* – Introdução ao estudo da filosofia – a filosofia de Benedetto Croce. 2.ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2001. (Volume 1).
- GUIDUCCI, R. A cidade dos cidadãos e a sociedade dos socialistas. In: BOBBIO, N. *O Marxismo e o Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- HIRST, P.; THOMPSON, G. *Globalização em questão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- INGRAO, P. Democracia burguesa e/ou stalinismo? Não: democracia de massa. In: BOBBIO, N. *O Marxismo e o Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- KUMAR, K. *Da sociedade pós-industrial à sociedade pós-moderna*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- LEBORGNE, D.; LIPIETZ, A. Flexibilidade ofensiva, flexibilidade defensiva: Duas estratégias sociais na produção dos novos espaços econômicos. In: BENKO, G.; LIPIETZ, A. *As regiões ganhadoras: distrito e redes – Os novos paradigmas da geografia econômica*. Oeiras(PT): Celta, 1994.
- LEITE, M. A. P. *Destruição ou desconstrução*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- NAPOLEONI, C. *Lições sobre o Capítulo VI (Inédito) de Marx*. São Paulo: Ciências humanas, 1981.
- OCHETTO, A. Sobre o conceito de democracia mista. In: BOBBIO, N. *O Marxismo e o Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- OLIVEIRA, C. A. B. *O processo de industrialização – do capitalismo originário ao capitalismo atrasado*. Campinas (SP): IE/UNICAMP, 1985. (Tese de Doutorado em Economia).
- POLANYI, K. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- PORTELLI, H. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- SACHS, I. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.

- SANTOS, M. *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1994.
- SCHWARTZ, G. *O capital em jogo: fundamentos filosóficos da especulação financeira*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- SCHUMPETTER, J. A. *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril, 1982.
- SIGNORILE, C. A democracia que transforma o Estado. In: BOBBIO, N. *O Marxismo e o Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- STREETEN, P. Globalização: ameaça ou oportunidade? In: ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R. (Orgs). *Razões e ficções do desenvolvimento*. São Paulo: EDUSP; EDUNESP, 2001.
- TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1997.
- _____. *(Des)ajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- THUROW, L. C. *O futuro do capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- VACCA, G. Discorrendo sobre socialismo e democracia. In: BOBBIO, N. *O Marxismo e o Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.